



1 **Tese nº 2**

2 **Tipo:** Tese-Guia da FENAJ

3 **Título:** Mais organização para enfrentar a perda de direitos

4 **Proponente:** Diretoria da FENAJ

5 **Justificativa**

6 A crise sanitária mundial provocada pela Covid-19 agravou a crise sistêmica do
7 capitalismo e, como sempre, as consequências perversas caíram sobre a classe
8 trabalhadora, especialmente a dos países periféricos. Enquanto super-ricos acumulam
9 mais fortunas, trabalhadores e trabalhadoras (incluindo os da classe média) sofrem com
10 o desemprego, a queda da renda e os adoecimentos.

11 Nada há nada no cenário mundial a indicar um arrefecimento do neoliberalismo como
12 doutrina e prática aplicada à produção/distribuição das riquezas. A precarização das
13 relações e condições de trabalho e a eliminação de direitos dos/das trabalhadores/as
14 tornou-se a regra até mesmo nos países capitalistas centrais. Nos países periféricos, onde
15 o estado de bem-estar social nunca chegou a ser implementado, a chamada uberização do
16 trabalho expõe suas mazelas: trabalhadores/as precarizados/as, sem trabalho digno e sem
17 renda suficiente para uma vida digna.

18 No Brasil, a classe trabalhadora enfrenta a pandemia e o pandemônio, personificado na
19 figura do presidente da República, Jair Bolsonaro, mas que teve seu início com o golpe
20 de 2016, que alçou à direita ao poder central e abriu caminhos para a ascensão da extrema-
21 direita, nas eleições de 2018.

22 Os ataques à legislação trabalhista – que durante décadas regulou as relações de trabalho
23 e protegeu os/as trabalhadores/as – começaram com a contrarreforma trabalhista (2017)
24 e seguiram com as medidas provisórias (MPs) editadas pelo governo Bolsonaro e
25 referendadas pelo Congresso Nacional. Nenhuma em favor da classe trabalhadora e
26 quase todas inconstitucionais, por promover mudanças na legislação do trabalho por meio

REALIZAÇÃO:



APOIO:





27 desse dispositivo previsto para questões específicas, mas utilizado abusivamente pelo
28 governo Bolsonaro (e por outros).

29 Até mesmo as MPs editadas sob o pretexto de proteger o trabalho e os/as trabalhadores/as
30 em razão da pandemia da Covid-19 trouxeram medidas prejudiciais à classe trabalhadora,
31 servindo para proteger as empresas e seus donos. A MP 936/2020, convertida na Lei
32 14.020/2020, que criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda,
33 por exemplo, permitiu a redução de salários e a suspensão de contratos, sem nenhuma
34 proteção ao emprego.

35 A categoria dos/das jornalistas, mesmo considerada essencial durante a pandemia, foi
36 amplamente afetada. Pesquisa da FENAJ, realizada em junho de 2020, revelou que 3.930
37 profissionais jornalistas respondentes (todos/as trabalhando em redações com carteira
38 assinada) tiveram redução de salário e de jornada durante a pandemia. Outros 81
39 jornalistas tiveram seus contratos de trabalho suspensos e 205 foram demitidos.

40 Um novo ataque aos direitos trabalhistas foi feito pela Medida Provisória nº 1.045/2021.
41 Mais uma vez, a pretexto de facilitar a geração de empregos, o governo promoveu uma
42 nova minirreforma trabalhista, trazendo graves prejuízos à classe trabalhadora. Entre
43 esses prejuízos, a extensão da jornada para categoria com carga horária especial, como é
44 o caso dos/das jornalistas. A MP prevê a extensão das jornadas especiais em até 8 horas,
45 com pagamento de horas-horas majoradas em apenas 20% (a CLT estabelece 50%).

46 A pandemia também afetou negativamente as negociações coletivas anuais. Segundo
47 análise do Dieese, cerca de 64% das negociações coletivas da data-base maio de 2021
48 tiveram resultados inferiores à inflação medida pelo INPC-IBGE (Índice Nacional de
49 Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Reajustes
50 acima da inflação foram registrados em cerca de 19% dos casos, e iguais, em 17%. O
51 Dieese informou que foi o pior resultado de uma data-base no período analisado.

52 No caso da categoria dos/das jornalistas, a pandemia tem sido pretexto, inclusive, para os
53 patrões interditar as negociações. Vários Sindicatos estão sendo obrigados a recorrer
54 ao Ministério Público do Trabalho para garantir que as empresas aceitem sentar à mesa



55 para o diálogo. E a maioria das negociações não tem sido favoráveis à categoria, com
56 reposições salariais abaixo da inflação do período negociado e sem ampliação de direitos
57 previstos nas cláusulas sociais.

58 Três aspectos chamam a atenção nas negociações coletivas relativas ao trabalho em
59 domicílio: a negativa do patronato em reconhecer que os/as jornalistas devem ser
60 recompensados economicamente pelos custos que assumem, a oposição em aceitar que
61 os/as profissionais mantêm a jornada de trabalho contratada e a resistência em prever
62 cláusulas referentes à segurança dos trabalhadores/as.

63 O trabalho em domicílio foi adotado integral ou parcialmente por grande parte das
64 empresas de comunicação, como medida protetiva à saúde do/da trabalhador/a, em razão
65 da pandemia de Covid-19. Esta medida foi reivindicada pela FENAJ/Sindicatos em todo
66 o país, mas até mesmo em razão da duração da situação de excepcionalidade, tornou-se
67 necessário discutir os custos operacionais do teletrabalho.

68 E se por um lado o trabalho em domicílio protegeu parte significativa dos/das jornalistas
69 da Covid-19, por outro, gerou problemas, como o aumento da pressão e do estresse.
70 Pesquisas da FENAJ, realizadas em 2020, identificaram que a categoria sentiu o aumento
71 da carga horária e da pressão, principalmente pelo fato de que, no teletrabalho, perde-se
72 a delimitação da jornada, fazendo com que não haja separação entre trabalho e vida
73 privada.

74 Os dados da FENAJ foram corroborados por outros levantamentos, entre elas a pesquisa
75 “Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19?”,
76 realizada pelo Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho (CPCT), da Escola de
77 Comunicação e Artes (ECA)/ USP. Essa pesquisa foi atualizada neste ano de 2021,
78 mostrando a continuidade da situação verificada em 2020.

79 A maior parte dos respondentes declarou que houve aumentos da jornada e do ritmo de
80 trabalho, em relação ao período anterior à pandemia, e que a não separação dos ambientes
81 de trabalho e de moradia traz o inconveniente da falta de separação entre labor e vida



82 privada. A maioria apontou que há uma naturalização da expansão da jornada de trabalho
83 e há comprometimento de parte do salário com custos extras que tiveram de assumir.

84 A pesquisa do CPCT revelou ainda que a maioria dos respondentes adoeceu nesse
85 período. Cerca de 20% contraiu Covid-19 e parcela expressiva declarou sofrer distúrbios
86 do sono, irritação, medo, insegurança e depressão.

87 Levantamento da FENAJ mostra que, do início da pandemia até julho deste ano, 274
88 jornalistas brasileiros/as morreram em decorrência da doença. Os casos fatais tiveram seu
89 pico em março e começaram a diminuir a partir de abril. Mas, até julho, o Brasil mantinha-
90 se como o país do mundo com maior número de jornalistas vítimas fatais da Covid-19
91 (comparação feita utilizando-se dados de outros países da ONG Press Emblem
92 Campaign).

93 Para agravar ainda mais esse cenário já assustador, a categoria dos/das jornalistas enfrenta
94 ainda uma violência diretamente relacionada ao exercício profissional. É vítima de
95 diversas formas de agressão – dos xingamentos às agressões físicas, passando pelas
96 ameaças, intimidações e censuras judiciais – e todas elas caracterizadas como ataques à
97 liberdade de imprensa, porque objetivam cercear a livre circulação da informação
98 jornalística.

99 Mas se o cenário assusta, a categoria dos/das jornalistas não deve se deixar intimidar,
100 tanto na defesa do livre exercício profissional quanto na defesa de relações e condições
101 de trabalho dignas. Como parte da classe trabalhadora, a categoria não pode sucumbir ao
102 discurso de que as mudanças nas relações de trabalho (precarização que gera ao trabalho
103 servil) são inexoráveis e, portanto, devem ser aceitas.

104 Ao contrário! Cabe à classe trabalhadora a tarefa de enfrentar o neoliberalismo também
105 como ideologia; apontar a necessidade de humanização das tecnologias; exigir o
106 reconhecimento do trabalho humano como o responsável pela geração de riquezas e,
107 portanto, exigir a devida remuneração dos/das trabalhadores/as.

108



109 As relações de trabalho no Brasil continuam sendo regidas pelo direito ao vínculo
110 empregatício sempre que houver pessoalidade, habitualidade, subordinação e
111 remuneração. Essas são as condições básicas do vínculo. Quando a/o jornalista trabalha
112 nestas condições – como as/os trabalhadores de qualquer categoria profissional –, o
113 “pejotismo” é ilegal e fraude às relações de trabalho.

114 Somente o trabalho digno pode gerar vida digna para todos/as. E não há caminho para
115 essa conquista que não seja organização dos/das trabalhadores/as. O individualismo
116 meritocrático é um dos componentes mais eficientes da ideologia neoliberal e deve ser
117 combatido.

118 E não há forma de organização mais representativa da classe trabalhadora em seu
119 conjunto que o movimento sindical. Igualmente, a ideologia de
120 descredibilização/desqualificação das entidades sindicais, deve ser combatida.

121 Somente trabalhadores/as organizados nos seus sindicatos podem resistir e podem fazer
122 a luta avançar.

123 **Propostas**

124 1 - A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem continuar a resistência pela preservação
125 da legislação trabalhista e devem iniciar a luta pela reconquista dos direitos usurpados
126 pela contrarreforma trabalhista do governo Temer e medidas igualmente prejudiciais
127 adotadas no governo Bolsonaro. Apontamos a luta pela anulação da Reforma Trabalhista
128 e de todas as medidas de retiradas de direitos trabalhistas desde 2016.

129 2 - A FENAJ, por meio de seu Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e
130 Direito Autoral, com apoio das vices-presidências regionais, deve constituir e manter
131 atualizado o banco de acordos/convenções coletivas de trabalho celebrados pelos
132 Sindicatos.

133 3 - A FENAJ, por meio de seu Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e
134 Direito Autoral, com apoio das vices-presidências regionais, deve atualizar o
135 levantamento sobre os impactos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego



136 e da Renda na categoria dos jornalistas, bem como monitorar as condições de trabalho no
137 contexto da pandemia.

138 4 - A FENAJ, por meio de seu Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e
139 Direito Autoral, deve criar um grupo de trabalho, com o apoio dos Sindicatos de
140 Jornalistas que dispõem da assessoria do Dieese, para elaborar um mapeamento
141 permanente sobre os empregos formais de jornalistas, seja por meio do acompanhamento
142 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Relação Anual de
143 Informações Sociais (RAIS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

144 5 - A FENAJ, com o apoio dos Sindicatos, deve continuar a monitorar os casos de
145 violência contra jornalistas, fazendo a denúncia pública e apoiando os/as profissionais nas
146 ações necessárias, de acordo com o 'Protocolo de atuação da FENAJ e Sindicatos em
147 casos de violência contra jornalistas'.

148 6 - A FENAJ, como o apoio dos Sindicatos, deve continuar o monitoramento dos casos
149 fatais de Covid-19 entre os profissionais, por meio do Departamento de Saúde e
150 Segurança.

151 7 - A FENAJ, por meio da Comissão Nacional de Mulheres, deve realizar pelo menos
152 uma pesquisa sobre condições de trabalho (remuneração, cargos de chefia, assédios) e
153 violência, com recorte de gênero.

154 8 - A FENAJ deve manter e aprofundar sua articulação com as entidades sindicais
155 internacionais dos/das jornalistas (FIJ, Fepalc e Felap).

156 9 - A FENAJ deve manter e ampliar sua articulação com as centrais sindicais brasileiras,
157 em especial com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual é filiada.

158 10 - A FENAJ deve recomendar aos Sindicatos filiados a instituição de 20% de jornalistas
159 negros e negras comprometidos(as) com a luta antirracista na formação das diretorias
160 sindicais.



Congresso Nacional dos Jornalistas

**DESAFIOS DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA:
DAS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS
ÀS FORMAS DE FINANCIAMENTO**

17, 18, 24, 25 e 26 de setembro de 2021

161 11 - A FENAJ deve recomendar aos Sindicatos filiados a formulação de cláusulas de
162 promoção da equidade racial nas propostas de acordos coletivos e convenções coletivas
163 de trabalho.

164 12 - A partir do resultado da pesquisa, já em andamento, Perfil do Jornalista Brasileiro,
165 uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da FENAJ, os
166 Sindicatos filiados e a Federação promoverão ações que permitam acompanhar as
167 condições de vida e de trabalho dos jornalistas desempregados e precarizados para acolhê-
168 los e incorporá-los às ações sindicais em todo o país.

REALIZAÇÃO:

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS



APOIO:

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

